**PROCESSO N° 2022000955**

**CONTRATO N° 002/2022**

**SERVIDORA MAT. N° 53869**

CONTRATO PARA AQUISIÇÃO DE **MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO**, QUE ENTRE SI CELEBRAM O **MUNICÍPIO DE LUZIÂNIA**, ESTADO DE GOIÁS, ATRAVÉS DO **FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO – FUNDEB** E A EMPRESA **MACOBRAZ MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA-ME**, NA FORMA ABAIXO:

**CONTRATANTE:**

O **MUNICÍPIO DE LUZIÂNIA**, Estado de Goiás, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Praça Nirson Carneiro Lobo, 34, Centro, Luziânia, Estado de Goiás, através do **FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO – FUNDEB**, regularmente inscrito no CNPJ n° 06.081.337/0001-57, com sede na Rua Manoel Carvalho Rezende com Rua João Paulo, Quadra A, Centro, Luziânia/GO, CEP: 72.800-120, representado pelo Secretário Municipal de Educação (Decreto n° 001 de 02 de janeiro de 2021), o Senhor **TIAGO RIBEIRO MACHADO**, brasileiro, solteiro, professor, portador da Carteira de Identidade nº 5061897, expedida pela SPTC/GO e do CPF nº 019.542.131-07, residente e domiciliado na Rua Delfino Machado, Quadra 07, Lote 01, Rosário, Luziânia/GO, CEP: 72.812-120.

**CONTRATADA:**

A Empresa **MACOBRAZ MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA-ME**, pessoa jurídica de direito privado regularmente inscrita no CNPJ sob nº 03.857.252/0001-20, com sede na Alameda Santa Maria, Quadra 05, Lote 16, Setor Aeroporto, Luziânia/GO, CEP 72.801-020, representada por seu sócio administrador, o Senhor **JOSÉ BRAZ CANEDO**, brasileiro, casado, empresário, portador da Carteira de Identidade nº 581.403 2° via, expedida pela DGPC/GO e do CPF nº 094.397.301-53, residente e domiciliado na Rua Amazonas, Quadra 01, Lote 22, Residencial Alto das Caraíbas, Luziânia/GO, CEP: 72.813-110.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – FUNDAMENTO LEGAL DO PRESENTE CONTRATO:**

O presente Contrato rege-se pelas normas estabelecidas pela Lei Federal n° 10.520/2002, subsidiariamente pela Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1.993, e suas alterações posteriores, bem como pelo **Processo Licitatório n° 2022000185 na** modalidade **Pregão Presencial n° 046/2021** para **Registro de Preços**, através da **Ata – ARP n° 034/2021**.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO:**

Aquisição materiais elétricos e hidráulicos para manutenção, recuperação e conservação das instalações prediais das escolas da Rede Municipal de Ensino, conforme Autorizações de Compras anexas.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO PAGAMENTO:**

O pagamento será efetuado, por meio de ordem bancária, para crédito em conta corrente da licitante vencedora, até o 30° (TRIGÉSIMO) dia útil do mês subsequente à entrega do objeto, mediante apresentação da nota fiscal/fatura discriminativa devidamente atestada, acompanhada dos comprovantes impressos de regularidade com o INSS e FGTS, e sob liberação do Controle Interno.

Nenhum pagamento será efetuado à **CONTRATADA** enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

**CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES:**

Compete ao **CONTRATANTE**:

1. Efetuar o pagamento à **CONTRATADA**, até o 30º (trigésimo) dia útil do mês subsequente ao recebimento dos itens, contra apresentação da Nota Fiscal/Fatura, mediante liberação pelo Controle Interno;
2. Acompanhar e fiscalizar a perfeita execução do contrato através de servidor designado para este fim;
3. Impedir que terceiros estranhos ao contrato forneçam os itens licitados;
4. Solicitar a substituição do item que esteja em desacordo com a especificação apresentada e aceita ou apresentar defeito ou falhas;
5. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela **CONTRATADA**;
6. Comunicar à **CONTRATADA** toda e qualquer ocorrência relacionada com o fornecimento dos itens adquiridos;
7. Fiscalizar a entrega dos itens, podendo sustar, recusar, mandar fazer ou desfazer qualquer entrega que não esteja de acordo com as condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência e no Edital.
8. Observar os prazos de recebimento e aplicar as sanções previstas no Edital.

Compete à **CONTRATADA**:

1. Dar cumprimento integral ao estabelecido no Termo de Referência, Edital do Pregão Presencial ARP já citado e à sua proposta e nesta Ata;
2. Fornecer, sempre que solicitado, documentos que comprovem a manutenção de todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem como os que comprovem a regularidade de situação de seus empregados;
3. Fornecer os itens de acordo com as especificações e quantidades conforme especificado neste Termo de Referências e no edital;
4. Fornecer os produtos dentro do prazo estabelecido no presente Termo de Referência;
5. Assumir toda a responsabilidade pelos encargos fiscais, trabalhistas e comerciais resultantes da adjudicação da presente licitação;
6. Responder pelas despesas resultantes de quaisquer ações, demandas decorrentes de danos, seja por culpa da **CONTRATADA** ou quaisquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se, outrossim, por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais de terceiros, que lhes venham a serem exigidas por força de Lei, ligados ao cumprimento da presente contratação.

**CLÁUSULA QUINTA – DO FISCAL DO CONTRATO:**

O CONTRATANTE, nomeia, através da Portaria n° 355 de 23 setembro de 2021, o servidor **FABIO MACHADO DA SILVA**, portador do **CPF nº 649.480.721-68** e matrícula funcional n° 53489, para função de Fiscal do Contrato para acompanhar a execução do objeto, prestar as informações cabíveis e cuidar de sua vigência.

**CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA E ALTERAÇÕES:**

O presente Contrato tem vigência de 12 (doze) meses, a contar da data da sua assinatura, ou seja, **11 de janeiro de 2022 à 10 de janeiro de 2023.**

**CLÁUSULA SÉTIMA – DO VALOR E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

A despesa decorrente do presente contrato é de **R$ 193.536,70 (cento e noventa e três mil quinhentos e trinta e seis reais e setenta centavos)** empenhada sob as Dotações Orçamentárias abaixo, autorizadas pela Lei nº 4.408, de 23 de dezembro de 2021:

* **R$ 181.111,70 (cento e oitenta e um mil cento e onze reais e setenta centavos) – 2022.0401.12.361.0107.2668 – Administração de Pessoal 60% –** Dotação Compactada: **2022.0858 –** Natureza de Despesa: **339030 – Material de Consumo –** Sub Natureza: **24 – Material p/ Manutenção de Bens Imóveis–** Fonte: **119 –** Cotação: **46955 –** Autorização de Compras: **96647 –** Nota de Empenho: **522 –** Processo Administrativo: **2022000904**;
* **R$ 12.425,00 (doze mil quatrocentos e vinte e cinco reais) – 2022.0401.12.361.0107.2668 – Administração de Pessoal 60% –** Dotação Compactada: **2022.0858–** Natureza de Despesa: **339030 – Equipamentos e Material Permanente–** Sub Natureza: **26 – Material Elétrico e Eletrônico –** Fonte: **119 –** Cotação: **46955 –** Autorização de Compras: **96640 –** Nota de Empenho: **524 –** Processo Administrativo: **2022000901.**

**CLÁUSULA OITAVA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:**

Pela inexecução total ou parcial, o **CONTRATANTE** poderá garantida a prévia defesa, aplicar à **CONTRATADA** as seguintes sanções (artigo 87 da Lei 8.666/93):

1. Advertência;
2. Multas, recolhidas no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados da comunicação oficial, de:
3. 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento) sobre o valor total do empenho por dia de atraso no caso de descumprimento dos prazos de entrega;
4. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do empenho, no caso de inexecução parcial ou total do objeto licitado.

Ficará impedida de licitar e de contratar com a Prefeitura Municipal de Luziânia, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, a contratada que:

1. Ensejar o retardamento da execução do objeto desta Licitação;
2. Não mantiver a proposta, injustificadamente;
3. Comportar-se de modo inidôneo;
4. Fizer declaração falsa;
5. Cometer fraude fiscal;
6. Falhar ou fraudar na execução do serviço.

Além das penalidades citadas, a **CONTRATADA** ficará sujeita, ainda, no que couberem às demais penalidades referidas no Capítulo IV da Lei nº 8.666/93.

Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Unidade Requisitante, a **CONTRATADA** ficará isenta das penalidades mencionadas.

As sanções de advertência e de impedimento de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal de Luziânia poderão ser aplicadas juntamente com a de multa, sendo que esta última poderá ser descontada dos pagamentos a ser efetuados.

**CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO:**

Encampa como casos de rescisão do presente instrumento, o disposto nos artigos 77 a 80 da Lei Federal nº 8.666/93.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO:**

As partes elegem o foro da Comarca de Luziânia, Estado de Goiás, para dirimir as questões resultantes do presente contrato de prestação de serviços, com renúncia de qualquer outro.

E, por assim estarem ajustados, assinam o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor, acompanhados de 02 (duas) testemunhas, sendo o presente feito publicado no placar de avisos da Prefeitura Municipal de Luziânia.

**Luziânia/GO, 11 de janeiro de 2022.**

|  |  |
| --- | --- |
| **TIAGO RIBEIRO MACHADO**Pelo Contratante |  **JOSÉ BRAZ CANEDO** Pela Contratada |

 **FABIO MACHADO DA SILVA**

Fiscal do Contrato

Testemunhas:

|  |  |
| --- | --- |
|  Brunna Gomes Roriz CPF: 067.214.171-03 |  Marisa Maria da Silva CPF: 903.430.181-87 |